

Agricultura familiar e desenvolvimento territorial

Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999

Ricardo Abramovay *

1. Apresentação

O padrão de crescimento urbano que o Brasil vem experimentando nos últimos quinze anos pode tornar-se um trunfo para a revitalização de seu meio rural. As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terão tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações **dinâmicas e diversificadas** com as **idades**.

A consolidação de um **sistema brasileiro de cidades** (Faria, 1991) é, no entanto, uma condição necessária, mas não suficiente para permitir esta integração: o fundamental é que a população rural esteja dotada dos meios, das "prerrogativas" (Sen, 1981/1984) que lhe permitam tirar proveito do dinamismo que as cidades tendem a propagar ao seu redor (¹). A descentralização recente do próprio processo de investimentos industriais (Rodrigues, 1998), dos investimentos públicos em novas rotas de transporte, associada à ampliação das possibilidades abertas pela privatização do sistema de telecomunicações são a base objetiva da formulação de um ambicioso projeto de desenvolvimento rural para o País.

A dotação de ativos da maioria da população rural brasileira é tão precária que a expõe ao risco de ficar à margem do processo – lento, mas real - de interiorização do crescimento econômico por que vem passando o País. É o que justifica uma política ativa da sociedade e do Estado de alterar a matriz com base na qual os indivíduos irão inserir-se socialmente, de maneira que possam vencer a pobreza, isto é, ampliar suas “escolhas e oportunidades para viver uma vida aceitável” (PNUD, 1997:2). O acesso à terra é uma das condições básicas para esta alteração: mas ele só faz sentido, se for acompanhado do acesso a um conjunto de condições que alterem o **ambiente institucional** local e regional e permitam a revelação dos potenciais com que cada **território** pode participar do processo de desenvolvimento. Isso não depende apenas da iniciativa e da transferência de recursos por parte do Estado, mas fundamentalmente da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural: é daí que poderão nascer as novas instituições capazes de impulsionar o desenvolvimento de regiões vistas socialmente como condenadas ao atraso e ao abandono.

* FEA e PROCAM/USP - abramov@usp.br

¹ Este dinamismo é próprio a cidades que se convertem em centros regionais, como mostra Jacobs (1984/1986) e não àquelas que podem ser encaradas como "enclaves". E é justamente este potencial de irradiação regional que está presente em grande quantidade de cidades médias brasileiras.

Quanto maior for o dinamismo e a diversificação das cidades impulsionados pela interiorização do processo de crescimento econômico, mais significativas serão também as chances para que a população rural preencha um conjunto variado de funções para a sociedade e por aí deixe de ser encarada como um "reservatório de mão-de-obra sobrando". O desenvolvimento brasileiro, pela diversificação de seu sistema urbano, vai exigir **uma nova dinâmica territorial**, onde o papel das unidades familiares pode ser decisivo.

Da mesma forma que vem ocorrendo nos países capitalistas centrais, o desenvolvimento rural deve ser concebido num **quadro territorial, muito mais que setorial** (Ray, 1997, von Meyer, 1998): nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados. Estudo recente da OCDE (1996:10) mostra que o sucesso de certas regiões rurais dos países desenvolvidos na geração de ocupações produtivas não pode ser atribuído a uma "composição setorial favorável. Os bons desempenhos na criação de empregos **resultam de uma dinâmica territorial específica** que ainda não é bem compreendida, mas que comporta provavelmente aspectos como a identidade regional, um clima favorável ao espírito empreendedor, a existência de redes públicas e privadas ou a atração do meio ambiente cultural e natural".

A exploração desta **nova dinâmica territorial** supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento.

O objetivo deste texto é expor os principais argumentos favoráveis a uma política de desenvolvimento rural no Brasil. O desenvolvimento rural não acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado. Mas na elaboração das políticas capazes de promovê-lo é necessário, antes de tudo, que se transforme as expectativas que as elites brasileiras têm a respeito de seu meio rural, cujo esvaziamento social, cultural e demográfico é visto quase sempre como o corolário do próprio desenvolvimento. As funções positivas que o meio rural pode desempenhar para a sociedade brasileira fundamentam-se, primeiramente, no processo - tímido, mas real - de descentralização do crescimento econômico e na fortalecimento das cidades médias, como será visto a seguir, na parte 2 do trabalho.

Se é verdade que o êxodo rural brasileiro permanece muito significativo - como aponta a parte 3 do texto (voltada aos processos migratórios recentes por sexo e idade e região) a contrapartida é a precariedade com que os núcleos urbanos absorvem seus migrantes rurais: aqueles que mais saem do campo - os e sobretudo as jovens - são exatamente os que maiores dificuldades vêm encontrando em sua integração aos mercados urbanos de trabalho.

A parte quatro do texto expõe, sob a forma de teses, as razões e algumas das condições necessárias a que o meio rural represente uma alternativa de

desenvolvimento às populações que hoje aí vivem e têm dificuldades crescentes de se integrarem de maneira construtiva à vida urbana.

2. O crescimento das “cidades médias”

O quadro social das cidades brasileiras pode tornar surpreendente a tese defendida por Vilmar Faria (1991) de que o Brasil não conhece o processo descrito na literatura internacional como *overurbanization*. A idéia é que, diferentemente de outros países em desenvolvimento (principalmente na África ao Sul do Sahara), a urbanização brasileira, a partir de 1970, não se limitava a algumas poucas aglomerações inchadas pelos refugiados de condições de vida absolutamente miseráveis no campo, mas se diversificava nacionalmente e exercia um forte poder de atração sobre a população rural por sua dinâmica própria e por sua capacidade de geração de renda.

Em 1970, nada menos que 43,5% da população urbana brasileira concentrava-se em 10 núcleos com mais de 500 mil habitantes. Em 1991, esta proporção caiu – apesar do avanço da urbanização – para 33,6% e espalha-se em 24 núcleos populacionais. Mas as aglomerações que mais crescem entre 1970 e 1991 são os chamados centros médios, que possuem entre 250 mil e 500 mil habitantes. Em 1970 eram apenas 6 cidades nesta faixa populacional reunindo somente 3,5% da população urbana: em 1991 já são 33 cidades nestas dimensões onde residem mais de 10% dos habitantes urbanos. De maneira geral, “as cidades intermediárias (entre 50 e 500 mil habitantes) que em 1970 detinham 19,1% da população urbana nacional, passaram a agrupar em 1991 quase 1/3 desta mesma população” (Andrade e Serra, 1998:3).

Esta relativa desconcentração populacional, entretanto, não se difundiu de maneira homogênea pelo conjunto do território. O Sudeste e o Sul agregam em 1991 quase 70% dos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes. O Nordeste tem 19,7% destes municípios, o Norte 6,8% e o Centro-Oeste 4,3% (Andrade e Serra, 1998:7). Os especialistas associam este padrão de crescimento urbano ao que vem sendo chamado no Brasil de “**desconcentração concentrada**”² da indústria que sai das regiões metropolitanas para atingir, entretanto, uma área que lhe é bastante próxima. Diniz e Crocco (1996) apontam para um polígono que se estende da região central de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul.

O trabalho recente de Denise Andrade Rodrigues, do BNDES, mostra uma tímida ampliação deste polígono de investimentos brasileiros, sobretudo em direção ao Ceará, à Bahia e a algumas regiões do Sul. “Os investimentos em torno de Salvador, Recife, Fortaleza e Natal poderiam garantir uma trajetória de absorção de mão-de-obra acima da média. Além disso, um novo tipo de indústria estaria procurando a região, aproveitando seu potencial turístico e de mercado consumidor” (Rodrigues, 1998:18). O que impressiona nesta pesquisa do BNDES

² O termo chegou a ser empregado no relatório brasileiro à Conferência do Rio, com base nos trabalhos de Gerge Martine.

é a diversidade destes investimentos ⁽³⁾ e seus presumíveis efeitos multiplicadores locais que devem repercutir-se de maneira contraditória sobre o meio rural. Por um lado, atraindo parte da população rural e sobretudo seus segmentos mais jovens. Por outro lado, entretanto, conforme se diversifica o tecido econômico destas cidades médias, suas demandas com relação ao meio rural também tendem a se ampliar o que abre o caminho para a formação de uma **rede territorial** que pode estimular atividades variadas no próprio campo.

É importante salientar que o crescimento industrial e a ampliação das cidades médias não leva, necessariamente, à melhor distribuição da renda, nem sequer à redução do nível de pobreza urbana. O que torna ainda mais atual a idéia de que, no campo, existem oportunidades de geração de renda capazes de promover melhor integração das populações que aí vivem à dinâmica urbana do que sua simples migração em direção às cidades. Transformar esta possibilidade em realidade depende da capacidade que, não só o Estado, mas o conjunto das forças interessadas na valorização do meio rural terão de elaborar e executar projetos que reforcem e dinamizem as relações rural-urbanas.

As cidades brasileiras continuam atraindo fortemente a população rural: sobretudo os mais jovens e, entre estes, cada vez mais, as moças. Diferentemente do período que vai até o início dos anos 1980, são cada vez menores as chances de que esta população consiga realmente integrar-se à vida urbana, como será visto a seguir.

3. O êxodo rural dos anos 1990

É verdade que o êxodo rural dos anos 1990 parece mostrar um certo arrefecimento relativamente às décadas anteriores, conforme mostra o trabalho de Camarano e Abramovay (1997). Mas não se pode falar, de maneira geral, numa reversão da tendência observada desde 1940: a partir de então, a cada década, mais de um terço da população residente no meio rural no início do período migrava em direção às cidades. Durante os anos 1980 foram mais de 12 milhões de pessoas e na primeira metade da década de 1990, o êxodo já atingiu 5,6 milhões de indivíduos. Com a manutenção deste ritmo até o final da década teríamos a migração de 29,3 % da população residente no início do período (tabela 1).

**Tabela 1 - Estimativas de Saldo Líquido Migratório Rural-Urbano e Taxas Líquidas de Migração Em 1000 habitantes
Brasil: 1950-1995**

³ Apesar de Rodrigues ter estudado apenas os investimentos **industriais**.

| Período | População migrante | Taxa Líquida de Migração (%) ¹ |
|------------------------|--------------------|---|
| | Total | |
| 1950-1960 | -10.824 | -33,0 |
| 1960-1970 | -11.464 | -29,9 |
| 1970-1980 | -14.413 | -34,1 |
| 1980-1990 | -12.135 | -31,4 |
| 1990-1995 ² | -5.654,4 | -29,3 |

Fonte dos dados brutos: IBGE, Vários Censos Demográficos

Estimativas realizadas pelos autores

¹ O denominador é a população do começo do período.

² Taxa de decenalizada para permitir a comparação

Mas o que chama a atenção nas migrações rural-urbanas dos **anos 1990**, além de sua magnitude global, são três outras características:

- a) É do Nordeste que saem quase 55% dos migrantes rurais brasileiros nos anos 1990: dos 5,8 milhões de migrantes rurais, nada menos que 3,1 milhões vêm do Nordeste (tabela 2).

Tabela 2
Estimativas de Saldo Líquido Migratório por Regiões e sua distribuição proporcional 1950-1995

| | 1950-60 | | 1960-70 | | 1970-80 | | 1980-90 | | 1990-95 | |
|----|---------|-----|---------|-----|---------|-----|---------|-----|---------|-----|
| | Em | % | Em | % | Em | % | Em | % | Em | % |
| | 1000 | | 1000 | | 1000 | | 1000 | | 1000 | |
| N | -297,2 | 2,7 | -362,7 | 3,2 | 125,1 | - | 271,6 | 2,2 | -467,1 | 8,1 |
| | | | | | | 0,9 | | | | |
| N | - | 46, | - | 27, | - | 34, | - | 44, | - | 54, |
| | 5.009,9 | 3 | 3.083,9 | 0 | 4.912,0 | 1 | 5.419,5 | 6 | 3.154,1 | 6 |
| | | | | | | | | | 0 | |
| SE | - | 36, | - | 52, | - | 31, | - | 25, | - | 18, |
| | 3.895,0 | 0 | 6.011,4 | 7 | 4.512,2 | 3 | 3.126,5 | 7 | 1.043,1 | 0 |
| | | | | | | | | | 0 | |
| S | - | 12, | - | 14, | - | 29, | - | 22, | -808,4 | 14, |
| | 1.397,5 | 9 | 1.624,3 | 2 | 4.184,8 | 0 | 2.695,0 | 2 | | 0 |
| CO | -224,5 | 2,1 | -329,9 | 2,9 | -929,1 | 6,4 | - | 9,7 | -308,6 | 5,3 |
| | | | | | | | 1.175,1 | | | |
| BR | - | 100 | - | 100 | - | 100 | - | 104 | - | 100 |
| | 10.824, | | 11.412, | | 14.413, | | 12.144, | | 5.781,3 | |
| | 1 | | 2 | | 0 | | 5 | | 0 | |

Fonte dos dados brutos: IBGE, Vários Censos Demográficos

- b) Quando se relacionam os migrantes rurais com a população residente no início da década em cada região, observa-se uma significativa queda no Sudeste e no Sul durante a primeira metade dos anos 1990, relativamente às duas décadas anteriores. 37,7% dos habitantes rurais do Sul e 35,2% dos que estavam no Sudeste no início dos anos 1980 deixaram o campo no decorrer da década. Durante os anos 1990 **esta proporção cai**, respectivamente, para 30,2 % e 25,9% - caso se mantenha até o final da década o ritmo verificado até 1996 ⁽⁴⁾. Já no Nordeste e Centro-Oeste, o processo de desruralização permanece muito acentuado nos anos 1990. E é bem provável que esta situação tenha se agravado com a seca recente. **Os anos 1990 marcam certamente então um ponto de inflexão no processo de êxodo rural das regiões Sudeste e Sul. O mesmo entretanto nem de longe ocorre no Nordeste.**

Tabela 3
Taxa líquida migratória (%)
1950-1995

| | 1950-60 | 1960-70 | 1970-80 | 1980-90 | 1990/95 ¹ |
|--------------|---------|---------|---------|---------|----------------------|
| NORTE | -18,5 | -22,6 | 6,3 | 9,6 | -21,5 |
| NORDESTE | -30,8 | -14,9 | -20,1 | -22,4 | -31,1 |
| SUDESTE | -30,6 | -46,5 | -40,6 | -35,2 | -25,9 |
| SUL | -18,9 | -22,0 | -45,5 | -37,7 | -30,2 |
| CENTRO-OESTE | -11,6 | -17,0 | -35,2 | -48,8 | -38,5 |
| BRASIL | -25,4 | -26,5 | -31,6 | -28,4 | -29,3 |

Fonte: Tabela 2

Nota: Taxas Decenalizadas

- c) Os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e em seu interior o peso das moças é superior ao dos rapazes. Na década de 1960, predominavam as migrações na faixa etária de 40 a 49 anos. A cada década, a concentração etária das migrações foi caindo, para atingir, **nos anos 1990, sobretudo o grupo entre 15 e 19 anos** (Camarano e Abramovay, 1997). Ao mesmo tempo, as moças migram mais que os rapazes – fenômeno que atinge nos anos 1990, pela primeira vez, também o Nordeste. Em 1950, há mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960 a proporção entre os sexos é praticamente a mesma para ir aumentando a cada década o predomínio populacional dos rapazes. Em 1991, o número de rapazes na faixa de 15 a 19 anos é superior em 13% ao número de moças e na faixa de 20 a 24 anos, 12% superior. Mais recentemente, este processo de “masculinização do meio rural” vem atingindo não apenas o meio rural, mas também os pequenos municípios do interior ⁽⁵⁾. Estes dados adquirem maior significado quando se sabe que **19% da mão-de-**

⁴ As taxas dos anos 1991/1995 estão projetadas para o período de dez anos para permitir sua comparação com as décadas anteriores. Não vai daí, é claro, nenhuma presunção a respeito do comportamento demográfico real da segunda metade da década.

⁵ O tema foi veiculado no Jornal Nacional de 1º de agosto de 1998 e é objeto de recente reportagem da revista VEJA.

obra feminina urbana está ocupada em trabalho doméstico e que o emprego doméstico é um dos "subsetores econômicos de pior remuneração da classe trabalhadora" (Melo, 1998).

Não existem informações seguras sobre a maneira como esta população migrante rural, cada vez mais jovem, se integra no ambiente urbano a que chega.

Há uma diferença clara, entretanto, com relação ao que ocorreu durante a década de 1970, quando o crescimento econômico permitiu que o êxodo rural fosse, de fato, um meio de reduzir a pobreza. As famílias cuja renda *per capita* era inferior a 1/4 de salário mínimo atingiam nada menos que 43,9% do total em 1970. Em 1980, este montante caiu para 17,7%. Ora, entre as famílias que trabalham no setor primário (basicamente na agricultura), esta queda é irrisória, como mostra o trabalho de Pastore *et al.* (1983:50). Em outras palavras, mesmo que de maneira precária, o crescimento urbano e metropolitano dos anos 1970 oferecia uma possibilidade real de melhoria de vida a um vasto contingente da população que saía do campo. Tanto mais que as condições de vida no interior nem de longe ofereciam as oportunidades apresentadas nas cidades por uma economia em forte expansão.

Este horizonte se inverte a partir dos anos 1980, quando se esgotam "os mecanismos de crescimento rápido e 'bloqueia-se' a mobilidade que assegurava a incorporação de massas crescentes de trabalhadores". (Pacheco, 1992:44). O IPEA (1997:15) fala de um "novo padrão de desenvolvimento que se delinea para as próximas décadas" cujo traço essencial é a desaceleração no emprego nos setores econômicos mais dinâmicos. É claro que a geração de renda não pode ser confundida com o "emprego" formal e que ela não pode ser reduzida aos setores mais dinâmicos da economia. Mas segundo as projeções do IPEA (1997:52), um crescimento econômico de **3% ao ano** levaria o País a um **déficit na geração de empregos** correspondente a 6,1 milhões de postos de trabalho no ano de 2005. As projeções mais recentes de crescimento econômico (até o horizonte de 1999) tornam bem incertas possibilidades de crescimento do mercado urbano de trabalho.

Além disso, embora a taxa de crescimento prevista para a população economicamente ativa com mais de 8 anos de estudo (que o IPEA chama de "qualificada") seja bem superior à da população não qualificada (com menos de 8 anos de estudo), o fato é que de um conjunto de 90 milhões de brasileiros ativos, nada menos que 60 milhões, em 2005, terão ainda um precário nível educacional. Em todas as projeções do IPEA a população não-qualificada terá um nível de **desocupação maior** e **ganhos salariais menores** que a população qualificada.

Nos setores industriais, o saldo líquido de criação de empregos foi positivo nos anos de 1996 e 1997 entre os jovens (de 10 a 24 anos) contrariamente ao que ocorreu com a população de mais de 24 anos. Só que, ao mesmo tempo, o saldo foi negativo para os "não-qualificados", segundo mostra recente pesquisa do

PNUD/BNDES ⁽⁶⁾. O aumento do emprego jovem na indústria, entretanto, não chega a contrabalançar a perda conjunta de postos de trabalho para os que estão nesta faixa etária, conforme a pesquisa de Márcio Pochmann. Em 1997, para cada 10 jovens ocupados, 4 são autônomos e 6 assalariados, dos quais apenas 2 com carteira assinada ⁽⁷⁾.

Ora, a atual formação escolar dos jovens rurais contribui decisivamente para sua inserção subalterna no mercado de trabalho urbano. Embora a frequência escolar das moças seja superior à dos rapazes, ainda assim, o Brasil está entre os países latino-americanos com os piores indicadores em matéria de educação rural e nada indica que este quadro esteja sofrendo uma mudança significativa. Em 1995, no Chile, 5% dos rapazes e 4% das moças tinham menos de quatro anos de estudo. No México, esta situação atingia 27% dos rapazes e 21% das moças. Já no Brasil, nada menos que 55% dos rapazes e 42% das moças no meio rural estudaram menos que quatro anos, segundo dados da CEPAL (Durstun, 1997). O nível então com que, na maioria das vezes, chegam ao mercado de trabalho urbano também vai contribuir para que ocupem seus segmentos de mais baixa remuneração ⁽⁸⁾.

A existência de uma grande **sub-ocupação de mão-de-obra, sobretudo no interior da agricultura familiar** ⁽⁹⁾ faz com que migrem justamente aqueles com maiores chances de encontrar trabalho nas cidades, ainda que em condições precárias, ou seja, os - e sobretudo as - mais jovens. É uma situação próxima à descrita por Jerzy Tepicht (1973:37-39) para a Polônia, quando falava das “forças marginais e não transferíveis” no interior da agricultura familiar, aquelas cujo trabalho não encontra valorização mercantil fora da unidade familiar: a diferença é que, na Europa dos anos 1970 analisada por Tepicht estas forças não transferíveis eram constituídas pelo “...trabalho parcial de mulheres, crianças e idosos”, enquanto que entre nós ela é formada por homens e mulheres em plena idade ativa.

Todos os dados parecem apontar então no mesmo sentido: por maior que seja o dinamismo das cidades brasileiras elas serão cada vez menos propícias à chegada de migrantes com formação escolar e profissional precária. Não se deve esquecer também que, para as cidades, estes migrantes representam um custo social e **ambiental** sem contrapartida no uso produtivo que outrora se fazia de seu trabalho

⁶ Citada na coluna de Delfim Netto, *Folha de São Paulo*, p. 2 - 5/08/1998.

⁷ Em 1980, de cada 10 jovens ocupados, 3 eram autônomos e 7 assalariados, dos quais 4 com carteira assinada, segundo os dados da pesquisa de Márcio Pochmann transcritos em reportagem de Andréa Hafez - *Gazeta Mercantil*, 2/09/1998.

⁸ Em nove dias de funcionamento, durante o mês de julho o Centro de Solidariedade ao Trabalhador da Força Sindical cadastrou 21.040 desempregados para uma oferta de 1.689 vagas oferecidas por empresas em São Paulo. O mais impressionante é que o Centro só conseguiu empregar 135 trabalhadores em virtude de sua baixa qualificação. A construção civil, reduto reservado tradicionalmente à mão-de-obra pouco qualificada só oferecia 4% das vagas. A indústria respondia por 10%, o comércio por 22% e os serviços por 41% do total, segundo artigo de José Nêumane n^o *O Estado de São Paulo* (5/08/1998).

⁹ Trabalho recente de Ângela Kageyama (1997) estimou esta subocupação em nada menos que 35% da população economicamente ativa. Evidentemente é no interior das unidades familiares que o fenômeno da subocupação aparece de maneira mais nítida.

barato. A migração é uma das razões pelas quais as regiões de maior precariedade ambiental na cidade de São Paulo crescem mais que o total urbano (¹⁰).

Nossa situação hoje, neste sentido, é bem diferente da que conheceram os países capitalistas centrais em seu período de êxodo rural mais acelerado - e, num certo sentido também o Brasil entre 1950 e meados dos anos 1970 - quando as cidades representavam uma perspectiva verossímil de ascensão social aos migrantes rurais.

¹⁰ Entre 1980 e 1991, o número de residências nas áreas a mais de 20 quilômetros da Praça da Sé e a menos de 100 metros de cursos d'água (áreas particularmente sujeitas a inundações) cresceu nada menos que 6,7% ao ano, segundo o trabalho de Torres (1997). Embora a população metropolitana como um todo tenha praticamente parado de crescer, nestas áreas de alto risco a expansão é ainda impressionante. E é aí que tendem a se instalar os recém-chegados.

4. Conseqüências para o desenvolvimento rural

É neste quadro de restrições que pode ser colocada a questão da oportunidade de uma ambiciosa política de desenvolvimento rural para o País.

Qual o destino da população e dos espaços não densamente povoados no Brasil (ver box I) e quais podem ser aí as funções preenchidas pela agricultura familiar ?

Box I

Espaços não densamente povoados

Entre 1991 e 1996 o peso demográfico dos pequenos municípios caiu de maneira significativa: representavam 16% da população urbana e passaram a apenas 11% em cinco anos (Camarano, 1998). A queda foi ainda maior que a registrada para a população rural neste mesmo período. Ainda assim, se somarmos à população definida estritamente como rural a que vive em municípios com menos de 20 mil habitantes, veremos que aí vive quase um terço da população brasileira, cinquenta milhões de pessoas em 1996.

Tabela 4

Distribuição da população brasileira por grupo de tamanho (porcentagem da população total)

| Grupos | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 1996 |
|---------|------|------|------|------|------|------|------|
| Urbana | 31,2 | 36,2 | 45,4 | 55,9 | 67,7 | 74,8 | 78,0 |
| 500 e + | 10,8 | 14,2 | 21,4 | 26,7 | 32,3 | 35,2 | 35,7 |
| 100-499 | 5,1 | 4,9 | 4,4 | 6,5 | 9,6 | 10,7 | 11,3 |
| 50-99 | 1,7 | 2,2 | 2,6 | 3,2 | 4,1 | 5,4 | 9,1 |
| 20-49 | 1,9 | 3,0 | 4,3 | 5,1 | 6,3 | 7,6 | 10,4 |
| < 20 | 11,7 | 11,9 | 12,7 | 14,0 | 15,5 | 16,4 | 11,8 |
| Rural | 68,8 | 62,8 | 54,6 | 44,1 | 32,4 | 24,5 | 22,0 |

Fonte: Camarano, 1998, com base nos Censos Demográficos do IBGE

Este declínio dos menores municípios ocorreu também nos Estados Unidos, durante os anos 1980: "...as tendências recentes da população rural estão inversamente relacionadas com o tamanho da comunidade. Na média, as menores cidades foram as mais seriamente atingidas e as de médio porte conseguiram manter sua posição. No Estado de Iowa, por exemplo, as 680 pequenas cidades com população abaixo de 1.000 habitantes perderam cerca de 35% do seu comércio varejista durante os anos 1980 e sua perda populacional esteve desproporcionalmente concentrada entre os jovens. Ao todo, 72% das cidades com menos de 2.500 habitantes perderam população durante os anos 1980" (Galston e Baehler, 1996:9).

Existem duas concepções **na sociedade** a este respeito.

A primeira pretende que as localidades de pequena concentração populacional estão fatalmente condenadas à desertificação social, econômica e cultural. Segundo esta visão, o êxodo rural é não só irreversível, mas desejável e os investimentos públicos devem concentrar-se nas regiões para as quais os migrantes se dirigem, uma vez que, em seus locais de origem, as possibilidades de geração de renda são muito precárias ⁽¹¹⁾. A esta visão os especialistas dão o nome de **viés urbano do desenvolvimento**. Não é difícil perceber que ela foi predominante na história brasileira recente e tem influência marcante até hoje tanto na opinião pública em geral, como na intelectualidade.

A política nacional de assentamentos e o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - exprimem as forças que se opõem a esta visão até aqui dominante a respeito das relações entre cidade e campo no processo de desenvolvimento. Seu pressuposto básico é que **existe um potencial de geração de renda no meio rural e nos municípios aos quais se relaciona diretamente que a sociedade não tem sido capaz de valorizar**.

Os principais argumentos neste sentido serão expostos abaixo em torno de sete proposições básicas:

- a) O baixo custo de oportunidade do trabalho na maior parte das regiões rurais brasileiras deve ser tomado como um *handicap*, mas ao mesmo tempo como um **trunfo**. Nas situações de pobreza, a produtividade do trabalho pode ser ampliada com base em investimentos relativamente modestos, conforme mostra o importante estudo do IFAD (Jazairy *et al.*, 1992:24). Esperar que os benefícios do crescimento econômico atinjam as populações mais pobres pela simples expansão da demanda por trabalho é um caminho bem mais incerto do que dotá-las dos meios que vão convertê-las nas protagonistas do processo de crescimento econômico nas regiões em que habitam. A análise de 100 projetos de desenvolvimento financiados pelo IFAD desde 1985 mostra uma taxa de retorno bem acima do esperado em projetos convencionais de investimento e também do custo de oportunidade do capital nos países em desenvolvimento.

A experiência brasileira recente vem-se tornando cada vez mais diversificada neste sentido. A rentabilidade dos investimentos nos ambientes em que predomina a pobreza rural depende fundamentalmente da capacidade que terão as organizações locais e o poder público de alterar a maneira como os beneficiários dos projetos se relacionam com o restante da sociedade. Mais importante que o montante destes investimentos são os novos modos de inserção social que eles propiciam (ver box II).

¹¹ Há um interessante debate sobre este tema (onde devem concentrar-se os investimentos no combate à pobreza rural: nas regiões de emissão ou de recepção do êxodo rural ?) na geografia econômica do início dos anos 1990. Ver, neste sentido, o resumo do debate feito no excelente artigo de Schejtman (1997) e os números especiais da revista *International Regional Science Review* (vol. 14, n° 3 e vol 15, n° 1, ambos de 1992).

BOX II

Uma experiência de construção do capital social

A Gazeta Mercantil publicou recentemente ⁽¹²⁾ uma reportagem em que descreve alguns dos resultados do programa conjunto entre o Governo de Pernambuco e a agência alemã de cooperação (GTZ) junto a 30 comunidades no interior do Estado. Embora sejam de pequeno montante, os financiamentos obtidos por cada família permitiram que adquirissem terra e equipamentos de baixo custo para produção. No **Engenho Moscou** (em Bonito, a 137 quilômetros de Recife), por exemplo, um agricultor comprou 10 hectares por R\$ 1.100,00, o que lhe permitiu uma produção suficiente para sair da vida de assalariado que levava até então ("tinha que acordar às três da manhã e viajar uma hora na carroceria de um caminhão para chegar a tempo de encontrar cana para cortar"). Seus filhos estão na escola e ele pôde até reformar sua casa. Os recursos formam parte de um fundo rotativo e são emprestados a juros de 15% ao ano, taxa superior à que prevaleceu, por exemplo, no PRONAF custeio. Mesmo assim, não há inadimplência, o que é um forte indicador de que o **acesso ao crédito**, mesmo em atividades econômicas tradicionais e aparentemente pouco promissoras, permite uma geração de renda que, para as populações envolvidas com os projetos, representam melhoria de condição de vida: neste caso, a renda das famílias beneficiadas pelo programa triplicou. O mais importante, entretanto, em todas estas experiências de geração de renda com base em investimentos de pequeno porte, é a organização da comunidade, que permite a **redução dos custos de transação** nos negócios, a implantação de um **ambiente de confiança** e o aumento do âmbito da ação social dos agricultores. Mais que isso, a elevação da renda e o acesso a instituições com as quais os habitantes até então não se relacionavam (bancos, assistência técnica, comerciantes) emancipa-os da dependência clientelista com relação a "atravessadores" que aviltam o preço do que vendem. 150 pescadores beneficiados pelo programa do Governo de Pernambuco e da GTZ aumentaram sua renda de um salário mínimo para R\$ 500 reais mensais graças à troca de embarcações de maneira por outras de fibra de vidro (baiteiras). A obtenção de capital de giro foi que permitiu que os pescadores dispensassem os "atravessadores" tradicionais e pudessem elevar seus ganhos com base na atividade econômica que vinham praticando até então. O importante é que puderam mudar o **ambiente institucional** em que se encontravam, uma vez que seu círculo de relações sociais agora inclui não só os técnicos do convênio, como a indústria que lhes fabricou a nova embarcação, os comerciantes junto aos quais puderam diversificar suas aquisições e sobretudo a própria comunidade organizada em torno de um projeto bem sucedido.

¹² "Espírito empreendedor chega à região do quilombo" - Patrícia Raposo - Gazeta Mercantil - 20/08/1998, página A-10.

- b) O principal desafio para que as unidades familiares de produção agropecuária convertam-se na base do desenvolvimento rural está em que elas possam dotar-se dos meios que lhes permitam participar de mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações. Neste sentido, os segmentos onde ela mais se concentra hoje são muito problemáticos: na produção de grãos (¹³), há uma tendência bastante consistente à queda nos preços. Segundo um estudo recente do Centro de Economia Agrícola da Fundação Getúlio Vargas, o faturamento bruto do setor produtor de grãos teve redução de 50% entre 1980 e 1997, não só em virtude da abertura comercial, mas também como resultado da própria elevação da produtividade, que cresce de 430 para 1.300 quilos por hectare no caso do algodão, de 1.500 para 2.700 quilos por hectare no arroz, 1.750 para 2.300 quilos por hectare na soja e 1.600 k para 2.600 para o milho (¹⁴). Também no caso do leite, o crescimento de 41% na oferta entre 1990 e 1998 é acompanhado de uma redução significativa nos preços (¹⁵). Tendências semelhantes são observadas também na produção de pequenos animais bem como na de fumo (Frezza *et al.*, 1998).

Estas informações são corroboradas pelos resultados de uma pesquisa do PNUD/BNDES (Najberg e Vieira, 1996), com base na matriz insumo-produto, segundo a qual embora a ocupação agrícola aumente muito com a expansão da demanda setorial (¹⁶) os postos de trabalho assim criados estão entre os de pior remuneração em toda a economia. Além disso, é um setor cujo crescimento tem um tímido efeito multiplicador sobre a expansão da economia como um todo.

O desenvolvimento rural, portanto, não pode ser concebido como simples expansão das atividades agropecuárias. Ao mesmo tempo, dado o peso destas atividades no meio rural, elas terão durante muito tempo - por maior que seja a tendência ao crescimento das atividades não agrícolas no campo (Graziano da Silva, 1997) - um peso determinante. Esta é a **quadratura do círculo do desenvolvimento rural brasileiro** e ela será resolvida não pelo abandono prematuro das atividades agrícolas, que hoje ocupam a maior parte da população rural, mas por uma mudança decisiva em suas formas de organização: é na **construção de novos mercados** - tanto para os produtos até aqui predominantes, como, sobretudo, para as atividades que apenas começam a se desenvolver - que se concentra o mais importante desafio do desenvolvimento rural. Esta construção não vai resultar da ação espontânea

¹³ Não é fácil definir de maneira precisa qual a parcela de agricultores familiares para os quais a produção de grãos tem importância decisiva. No Paraná 47% dos financiamentos de custeio do PRONAF foram para a soja e 13% para o milho em 1997. No Rio Grande do Sul, a soja respondeu por 28% do custeio e o milho por 19% (<http://www.pnfc.org/>). Para uma discussão sobre o tema, ver Abramovay e Veiga, 1998.

¹⁴ Segundo reportagem de Livia Ferrari na Gazeta Mercantil (5/07/1998, p. A-5)

¹⁵ Tomas Okuda no Suplemento Agrícola d'*O Estado d São Paulo* (3/06/1998, p. G5).

¹⁶ A agropecuária é o segundo setor - após "artigos do vestuário" - cujo emprego mais aumenta com o crescimento da demanda. Como era de se esperar, os últimos lugares da lista são ocupados pelos equipamentos eletrônicos, pelo refino de petróleo, em suma, por setores pouco intensivos em mão-de-obra. A agropecuária traz ainda uma vantagem adicional: sua expansão é pouco exigente em produtos importados.

dos agentes privados, mas sim da organização dos produtores apoiada de maneira decisiva pelos movimentos sociais e pelo poder público.

- c) Há um vasto segmento da agricultura familiar brasileira que não consegue afirmar-se economicamente em virtude do **ambiente social** que a vincula ao mercado. É o que ocorre, sobretudo nas áreas mais pobres do Nordeste, onde ainda são importantes os mecanismos de comercialização como os de "venda na palha", que ligam as famílias a um comerciante (bodegueiro, atravessador) que se torna o destinatário natural dos resultados do trabalho agrícola (¹⁷). Mas é o que ocorre sempre que no ambiente local e regional as famílias têm reduzidas margens de escolha na comercialização de seus produtos, na obtenção de financiamentos, na compra de insumos e no acesso à informação.

Nos poucos casos em que o crédito agrícola formal chega a estas famílias, não só a resposta em termos de produção é imediata, como também - mesmo nos produtos convencionais - é nítida a elevação da renda: é que neste caso, a família consegue emancipar-se do círculo de dependência clientelista a que está ligada e, por aí, abre a via para inserir-se em mercados competitivos - mesmo que sejam nos produtos que vinham praticando até então.

As tentativas de se promover o acesso ao crédito a populações pobres vêm esbarrando, entretanto, em dois obstáculos básicos.

No caso dos assentamentos, a quase completa eliminação dos riscos por parte do sistema financeiro e do próprio agricultor é um dos limites fundamentais a que o crédito de torne um instrumento de desenvolvimento. Os financiamentos deixam de integrar-se a projetos economicamente sustentáveis e tendem a tornar-se formas de complementação da renda, perpetuando a situação de pobreza em que se encontram as famílias. Por mais que haja situações que escapam a este padrão, ele tem hoje, infelizmente, um peso muito importante nos assentamentos (¹⁸).

No caso do PRONAF, o problema é o inverso: uma vez que existe risco para o sistema bancário e para os agricultores, os critérios de seleção tendem a eliminar os agricultores incapazes de oferecer garantias e contrapartidas, mesmo que possam de apresentar projetos economicamente viáveis (Abramovay e Veiga, 1998). Exemplo disso é a quantidade irrisória de agricultores de baixa renda agrícola que conseguiram de fato obter financiamentos, apesar de uma linha do PRONAF estar voltada especificamente a este público.

¹⁷ Ver neste sentido Abramovay, 1992, especialmente capítulo IV.

¹⁸ Não existe um balanço a respeito do pagamento por parte dos assentados do crédito recebido quando de sua instalação. Ao que tudo indica, o índice de inadimplência é muito alto, não por inviabilidade econômica dos assentamentos e sim pela inexistência real na concessão do crédito por parte dos agentes financeiros e na sua obtenção por parte dos agricultores.

A solução para este problema não está na criação de um sistema creditício estatal, à margem do sistema bancário e que suprima a própria noção de risco, mas na organização social que possa tanto pressionar o sistema bancário a conceder créditos, como favorecer o surgimento de formas coletivas de redução dos riscos como os fundos de aval ou o aval solidário aos empréstimos. As cooperativas de crédito - que vêm crescendo no Sul do País - são também um meio de contrabalançar os custos de transação bancária pela organização local.

O importante é que mesmo nos mercados convencionais de produtos agrícolas, há um espaço significativo a ser ocupado pela agricultura familiar cujo desempenho, entretanto, vai depender fundamentalmente de sua capacidade de organização local e pressão sobre as instituições públicas e privadas para mudar a matriz de sua inserção social.

É claro, por outro lado, que esta mudança não depende apenas de crédito. É difícil imaginar que os pais das crianças que freqüentam as 16 mil escolas da zona rural do Nordeste ⁽¹⁹⁾ que não possuem abastecimento de água, cisterna, ou caixa d'água (71,05% do total das escolas da zona rural da região) possam ter acesso ao crédito, à assistência técnica e a projetos produtivos geradores de renda. Em outras palavras, ou a transformação no ambiente social e econômico que determina as condições de vida ocorre de maneira organicamente articulada ou os recursos tenderão a ser esterilizados.

- d) A busca de novos mercados passa também pela compreensão das mudanças nas funções que o meio rural preenche para a sociedade. Por mais importante que seja a produção a preços baixos de alimentos considerados "básicos" (arroz, feijão, milho, mandioca), torna-se cada vez mais significativa a demanda por gêneros diferenciados, correspondentes ao que se pode chamar de "mercados de qualidade", que vão desde cogumelos e escargots até produtos que não contenham insumos químicos em sua composição ou artigos destinados à indústria farmacêutica

Mesmo os gêneros onde se concentra o grosso da oferta agrícola (soja, milho, trigo, café, ou pequenos animais, por exemplo) tendem a sofrer um processo intenso de diferenciação na demanda, do qual vai depender parte crescente da renda dos produtores: a qualidade e as características específicas dos produtos vão se sobrepondo ao critério quase exclusivo da quantidade e do preço. É neste tipo de produto, destinado não a uma clientela indiferenciado e sim a compradores específicos, que estão os maiores potenciais de mercado nos dias de hoje. Até recentemente os agricultores eram profissionais da produção, mas não da venda - da qual se encarregavam grandes organizações, como as cooperativas e as agências públicas às quais, com freqüência, destinavam seus produtos. Hoje, ao contrário, os agricultores - e suas organizações, bem entendido - cada vez mais precisam saber qual é o seu cliente, em que nicho de

¹⁹ Reportagem de Ari Cipola na *Folha de São Paulo*, 8/09/1998, p. 1.5

mercado vão inserir seus produtos, a que demanda da sociedade serão capazes de responder. Em suma, sua afirmação econômica não está mais apenas da porteira para dentro, mas supõe um profundo conhecimento do mercado com o qual se relacionam. A idéia de que os agricultores produzem e os mecanismos da política agrícola garantem sua renda - tão arraigada até hoje na consciência das lideranças rurais brasileiras - está definitivamente ultrapassada.

Não se trata, portanto, simplesmente de apostar em atividades rurais ditas "não-agrícolas". Mesmo na **agricultura** há um vasto campo de construção de mercados de qualidade onde os atributos ambientais dos produtos podem ser fatores decisivos na elevação da renda. A exportação da soja gaúcha com um selo garantindo que ela é "orgânica" e não contém produtos transgênicos - que conta com o apoio de algumas Organizações Não-Governamentais ⁽²⁰⁾ - pode elevar seu valor em até 80%. O mesmo ocorre com o café orgânico no Sul do Estado de Minas Gerais, exportado pelo dobro do preço do produto convencional para a Alemanha.

- e) Além deste novo perfil que tende a adquirir a produção agrícola - mais voltada a mercados específicos e segmentados - o meio rural é cada vez menos visto pela sociedade como um espaço estritamente produtivo. Suas funções de preservação ambiental, de criação de um quadro favorável ao lazer, ao contacto com a natureza e com um estilo de vida diferente do característico das cidades são cada vez mais valorizados. Até aqui, estas novas oportunidades - que se traduzem nos hotéis-fazendas e no turismo ecológico, por exemplo (Graziano da Silva *et al.* 1998) - vêm beneficiando, é claro, os mais dotados dos meios necessários a seu aproveitamento econômico. Diferentemente do que ocorre nos países europeus, a participação dos agricultores familiares brasileiros nas atividades de turismo rural e ambiental é irrisória. Não há qualquer razão técnica que afaste em tese os agricultores familiares do imenso potencial representado pelos mercados de qualidade e pelas novas funções - preservação ambiental e lazer - que o meio rural preenche para a sociedade. É importante lembrar que a democratização do acesso aos mais modernos meios de comunicação - que o recente processo de privatização poderá acelerar - bem como a relativa descentralização dos investimentos e a construção de novas rotas de transporte no País serão benéficos não só aos produtos agrícolas tradicionais, mas permitirão também a ampliação destas novas atividades rurais.
- f) Estas observações são importantes por se chocarem contra a visão freqüente de que os agricultores familiares serão fatalmente marginalizados pelo processo de globalização. Nada é menos evidente. A globalização é correlativa em todos os campos da sociedade - desde as telecomunicações até a agricultura - à maior segmentação e diferenciação dos mercados: portanto os setores sociais que souberem **valorizar os atributos de sua localização** têm mais chances de desenvolvimento que os ligados a mercados anônimos e indiferenciados. Estes

²⁰ Segundo notícia do *Zero Hora*, 20/08/1998, p. 32.

atributos não são apenas nem fundamentalmente naturais. O mais importante é a formação daquilo que vem sendo chamado nas instituições internacionais de desenvolvimento de capital social: "...por analogia com as noções de capital físico e humano - instrumentos e treino que estimulam a produtividade individual, o capital social refere-se a características da organização social, como redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo. O capital social estimula os benefícios do investimento em capital físico e humano" (Putnam, 1993).

Os trabalhos mais recentes neste sentido - amplamente confirmados pela experiência brasileira tanto do PRONAF (Abramovay e Veiga, 1998), dos assentamentos (Schmidt *et al.*, 1998), como de inúmeras Organizações Não Governamentais - mostram que **capital social não é apenas uma herança**, mas que pode ser acumulado como resposta às situações de crise (Durston, 1998). E é neste sentido que o desenvolvimento rural passa pela **construção de novos territórios**, isto é, pela capacidade que terão os atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam. Da mesma forma que nos distritos industriais estudados por Marshall no início deste século, a literatura contemporânea vem acumulando exemplos - como o da "Terceira Itália" - em que o reforço dos vínculos territoriais convida ao surgimento de potenciais até então adormecidos na cultura local e em procedimentos produtivos e de comercialização abandonados (Bagnasco, 1996). Os territórios com mais chances de uma inserção positiva no processo de globalização não são os que contam com recursos genéricos (terra, energia, trabalho barato) cujo valor tende a cair com a redução nos custos dos transportes, das comunicações e das matérias-primas. É a capacidade de valorizar os recursos locais e sobretudo de criar um ambiente propício à colaboração entre os diversos segmentos produtivos e entre campo e cidade que vai decidir o destino de cada região (Resquier-Desjardins, s/d).

- g) O pressuposto básico para que as ações da sociedade civil e do poder público resultem em desenvolvimento rural, entretanto, é o acesso à terra. Mesmo nas regiões mais desenvolvidas do País, a dependência do trabalho assalariado agrícola é sistematicamente sinônimo das piores condições de vida, como mostra o trabalho de Leone (1995:161) no Estado de São Paulo. Um exemplo ilustrativo e recente vem de Minas Gerais. O agribusiness de **Unai** (MG) ganhou "escala empresarial, está hoje nas mãos de 200 grandes e médios empreendedores" e mostra sinais de progresso no bom desempenho da agência do Banco do Brasil, no aumento da safra de algodão e na instalação de beneficiadoras. Em contrapartida ⁽²¹⁾ nesta região onde "giram 15 mil bóias-frias" as condições sociais são extremamente precárias, a criminalidade e o tráfico de drogas assustadores. Provavelmente a riqueza gerada em Unai é bem superior à produzida no Engenho Moscou a que se refere o box II. A diferença entre os dois casos é que, no Engenho Moscou - e em tantas outras experiências brasileiras e internacionais no mesmo sentido - o acesso à terra,

²¹ "Agropecuária cresce em Unai" - Mauro Zanata, 10/08/1998, p. C-6.

ao crédito, à organização, à informação, em suma, a formação de capital social faz com que os indivíduos possam beneficiar-se, no plano local, dos resultados econômicos do processo do qual são protagonistas diretos, por mais modestos que sejam estes resultados. No contraste entre Unai e o Engenho Moscou está um exemplo emblemático da diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento.

5. Conclusões

Ainda é incipiente entre nós a reflexão sobre o potencial que a valorização dos atributos territoriais das diferentes regiões pode trazer ao desenvolvimento. Trata-se de um caminho fértil de pesquisa e de proposição de políticas: é em torno dos territórios que poderão ser descobertas novas configurações entre cidade e campo, capazes de propiciar oportunidades de geração de renda até aqui adormecidas. É neste sentido que o meio rural pode ser encarado de maneira positiva não como o local onde se espera o momento de integrar-se na vida urbana, mas como a base de projetos capazes de motivar o surgimento local e regional de novas oportunidades. O crescimento urbano recente - é o que se tentou mostrar na parte 2 do trabalho - coloca ao meio rural novas exigências cujo potencial de geração de renda vai muito além daquele ao qual estiveram historicamente ligadas as atividades agropecuárias na sua grande maioria. Ao mesmo tempo - e apesar da magnitude do êxodo rural que atinge sobretudo os e as jovens - esgotou-se a capacidade dos núcleos urbanos em absorver de maneira produtiva os que chegam do campo, como foi visto na parte 3 do texto.

O baixo custo de oportunidade do trabalho rural permite que projetos modestos como o do Engenho Moscou elevem o nível de vida de populações até então vivendo em situação de miséria absoluta. É verdade que os mercados agrícolas convencionais são pouco propícios a esta ascensão social. Mas esta desvantagem pode ser ao menos contrabalançada pela construção de novas relações entre agricultores e mercado. A organização local, a ampliação do círculo com os quais se relacionam os agricultores, a pressão para que aumente seu acesso ao crédito e os investimentos públicos em infra-estrutura e serviços (e sobretudo os investimentos em educação e formação), estes fatores conjugados têm o poder de alterar o **ambiente institucional** do meio rural para que ele deixe de ser assimilado automaticamente ao atraso e ao abandono. É neste sentido que o capital social substitui, em parte, o capital físico: ele é a base a partir da qual os agricultores adquirem as prerrogativas necessárias a sua participação no processo de desenvolvimento.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo (1992) - *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* - Hucitec/Edunicamp/ANPOCS - São Paulo

_____ e VEIGA, José Eli (1998) - "Análise da inserção do PRONAF na política agrícola" - *Convênio FIPE/IPEA*, relatório final, mimeo

ANDRADE, Thompson Almeida e SERRA, Rodrigo Valente (1998) - "O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro" - *Texto para discussão* n° 554 - IPEA

BAGNASCO, Arnaldo (1996) - "Le développement difus: le modèle italien" *in* SACHS, Ignacy (org.) - *Quelles villes pour quel développement* - Presses Universitaires de France - Paris

CAMARANO, Ana Amélia (1998) - "Tendências demográficas recentes da região Norte" - *IPEA*, mimeo

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo - "Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil- Panorama dos últimos cinquenta anos" - *XXI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais* - ANPOCS - Caxambu, mimeo

DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, M. A. (1996) - "Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira" - *Nova Economia* - Belo Horizonte, ed. especial

DURSTON, John (1997) - "Juventud rural en América Latina: Reduciendo la invisibilidad" - Trabalho apresentado ao *XXI Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia* - São Paulo

_____ (1998) - "Building Social Capital in Rural Communities (where it doesn't exist)" - Theoretical and Policy Implications of Peasant Empowerment in Chiquimula, Guatemala - *Latin American Studies Association (LASA)*, The Palmer House Hilton, Chicago, IL, September 24-26, 1998

FARIA, Vilmar, (1991) - "Cinqüenta anos de urbanização no Brasil - Tendências e Perspectivas" *Novos Estudos* n° 29:98-119

FROZZA, Ari; BITTENCOURT, Gilson Alceu; NASCIMENTO, Paulo César e BIANCHINI, Valter (1998) - "O PRONAF e a integração fumicultor e a agroindústria fumageira" - *Programa Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável* - mimeo

GALSTON, William A. e BAEHLER, Karen, J. (1995) - *Rural Development in the United States - Connecting Theory, Practice and Possibilities* - Island Press, Washington D.C.

GRAZIANO DA SILVA, José (1997) - "O novo rural brasileiro" - *Nova Economia*, maio, vol. 7, n° 1:43-81 - Belo Horizonte

_____, VILARINHO, Carlyle e DALE, Paul J. (1998) - "Turismo em áreas rurais", *in* ALMEIDA, Joaquim A., RIEDL, Mario e FROEHLICH, José M. (orgs) - *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável* - Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural - Caxias do Sul

IPEA (1997) - *O Brasil na Virada do Milênio - Trajetórias do Crescimento e Desafios do Desenvolvimento* - vol II - Brasília

JACOBS, Jane (1984/1986) - *Cities and the Wealth of Nations* - Penguin Books

JAZAIRY, Idriss; ALAMGIR, Mohiuddin et PANUCCIO Theresa (1992) - *The State of World Rural Poverty - An Inquiry into Its Causes and Consequences* - IFAD (International Fund for Agricultural Development) e New York University Press, New York

KAGEYAMA, Ângela (1997) - "O subemprego agrícola nos anos 90" - *Nova Economia*, maio, vol. 7, n° 1:83-98 - Belo Horizonte

LEONE, Eugênia T. (1995) - "Famílias agrícolas no meio urbano: inserção nas cidades das famílias que continuam vinculadas à agricultura" *in* RAMOS, Pedro e REYDON, Bastiaan P., (orgs). - *Agropecuária e agroindústria no Brasil - Ajuste, Situação atual e perspectivas* - FAO/UNICAMP - Campinas

MELO, Hildete Pereira (1998) - "O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de Criadas a Trabalhadoras" - *Texto para Discussão* n° 565 - Rio de Janeiro

NAJBERG, Sheila e VIEIRA, Solange P. (1996) - "Emprego e crescimento econômico: uma contradição ?" - *Textos para Discussão* - PNUD/BNDES/Área de Planejamento/Departamento Econômico - DEPEC - Rio de Janeiro

OCDE (1996) - *Indicateurs territoriaux de l'emploi - Le point sur le développement rural* - Paris

PACHECO, Carlos Américo (1992) - "Urbanização e reprodução social: marginalidade e precarização das estruturas sociais no desenvolvimento urbano brasileiro" - Convênio SEP/FECAMP - *Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo: desafios da política urbana* - Relatório de Pesquisa - mimeo - Campinas

PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, Hélio e PAGOTTO, Carman Silvia (1983) - *Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que Ocorreu com a Família Brasileira ?)* - Estudos Econômicos - FIPE/Pioneira - São Paulo

PNUD (1997) - *Relatório do Desenvolvimento Humano - 1997* - Trinova Editora, Lisboa

PUTNAM, Robert (1993) - "The Prosperous Community: Social Capital and Public Life" - *The American Prospect* no. 13 (spring)

RAY, Christopher (1997) - "Towards a Theory of the Dialectic of Local Rural Development within the European Union" - *Sociologia Ruralis* - Vol. 37, n° 3:345-362

RESQUIER-DESJARDINS, Denis (s/d) - Globalización y evolución de los sistemas de producción: la Agro-Industria Rural y los 'sistemas agroalimentarios localizados' en los países andinos - Universidad de Versailles - mimeo

RODRIGUES, Denise Andrade (1998) - "Os novos investimentos no Brasil - Aspectos setoriais e regionais" - *Revista do BNDES* n° 9, junho

SCHEJTMAN, Alexander (1997) - "Alcances sobre la Articulacion Rural Urbana y el Cambio Institucional" - *Seminario Internacional: Interrelación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado* - Taxco, México, 9-11/04 - mimeo

SCHMIDT, Benício V.; MARINHO, Danilo N. C. e ROSA, Sueli L. C., orgs (1998) - *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil* - Editora UNB e DATAUnB - Brasília

SEN, Amartya (1981/1984) - "Ingredients of Famine Analysis: Availability and Entitlements" - *in - Resources, Values and Development* - Harvard University Press

TORRES, Haroldo G. (1997) - *Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo* - Doutorado - IFCH/UNICAMP - mimeo, Campinas

TEPICHT, Jerzy (1973) - *Marxisme et agriculture: Le paysan polonais* - Armand Colin, Paris

Von MEYER, Heino (1998) - "Les enseignements des indicateurs territoriaux" - L'Observateur de l'OCDE - n° 210:5-8